

ANÁLISE DA CLASSIFICAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EM CURTO E LONGO PRAZO: UM ESTUDO DAS DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Guilherme Simões Belote

Graduando do 5º período de Ciências Contábeis
Universidade Federal de Uberlândia
Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco F – Sala 1F215 – Campus Santa Mônica –
Uberlândia/MG – gbelote@hotmail.com,
(34) 984413568

Geovane Camilo dos Santos

Mestrando em Ciências Contábeis
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
R. 235, 722 - Setor Leste Universitário, Goiânia - GO, geovane@pucgoias.edu.br,
(62) 3946-1000

Lísia de Melo Queiroz

Doutora em Administração
Universidade Federal de Uberlândia
Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco F – Sala 1F215 – Campus Santa Mônica –
Uberlândia/MG – lisia@ufu.br,
(34) 3239-4176

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a classificação dos empréstimos e financiamentos das empresas listadas no novo mercado da BM&FBovespa, em curto e longo prazo, considerando os demonstrativos intermediários. O estudo classifica-se em relação a seus procedimentos do ponto de seu objetivo como descritiva e exploratória quanto a sua abordagem é qualitativa, e em relação ao procedimento esta pesquisa classifica-se como documental, analisou-se as notas explicativas do das demonstrações intermediários de 2016. A população da presente pesquisa é composta por 131 empresas listadas no Novo Mercado de Governança Corporativa da *BM&FBovespa*, sendo reduzida para 114 (87,02%), por conter empréstimos e financiamentos apenas no curto prazo ou por não ter empréstimos e financiamentos. Desse modo, das 114 empresas verificou-se que em 41 (35,96%) entidades estão demonstrados nas notas explicativas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976, sendo classificadas no longo prazo, se tiver vencimentos no prazo maior que o exercício seguinte (12 meses), estando transparentes especificando a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações em longo prazo, por outro lado 73 (64,03%) empresas não estavam claramente demonstrado, havendo dificuldades em verificar os critérios de classificação na conta dos empréstimos e financiamentos.

Palavras-chave: Empréstimos e financiamentos; Curto e Longo Prazo; Demonstrações Intermediárias.

Área temática do evento: Contabilidade para Usuários Externos.

1 INTRODUÇÃO

As demonstrações contábeis são importantes, pois possibilitam a análise da condição financeira, econômica e patrimonial da entidade, para os usuários internos e externos, assim permitindo uma visão estratégica, apresentando seus indicadores e sua capacidade na geração de recursos além de ajudar no processo nas tomadas de decisões. (SILVA; COUTO; CARDOSO, 2016).

Antunes e Penteadó (2007) relatam que com a expansão e globalização da economia foi necessária a elaboração dos relatórios baseados em normas uniformes e homogêneas, para ajudar na análise dos gestores e investidores entre outros usuários na tomada de decisão, oferecendo informações transparentes, confiáveis e comparáveis.

Assim, conforme Brito e Ambrozini (2013), as demonstrações também são instrumentos importantes para interação entre as empresas e seus usuários, e com a globalização e internacionalização dos mercados eles podem estar localizados em qualquer parte do mundo, assim surgiu a necessidade de uma linguagem contábil unificada, para que não ocorram interpretações distorcidas e variadas de um mesmo demonstrativo pelos diversos utentes.

Desse modo, em 13 de julho de 2007 tornou-se obrigatório para as companhias de capital aberto, com início a partir de 2010, que as demonstrações adotassem o padrão do *International Financial Reporting Standards* (IFRS), convergindo os pronunciamentos do *International Accounting Standards Board* (IASBs) em Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) (GONÇALVES *et al.*, 2014).

Nesse processo, ainda de acordo com Gonçalves *et al.* (2014), o CPC tem adaptado e publicado desde 2008 as novas normas, que devem ser aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outros órgãos reguladores. Esse processo trouxe impactos positivos e significativos às informações contábeis brasileiras, uma vez que as IFRS são mais relevantes que os padrões brasileiros por serem menos conservadoras, baseadas em princípios, gerando resultados mais próximos da realidade econômica da entidade.

Destarte, as normas contábeis brasileiras, para auxiliar nos resultados das entidades e nas informações divulgadas por elas, em seu Comitê de Pronunciamento Contábil, CPC 21 (2011, p. 1) afirma que as demonstrações intermediárias são importantes visto que: “Demonstrações Intermediárias tempestivas e confiáveis aumentam a habilidade dos investidores, dos credores e de outros usuários para entender a capacidade de a entidade gerar lucros e fluxos de caixa e sua condição financeira e de liquidez”.

Ainda de acordo com o CPC, é exigida com frequência a publicação dos demonstrativos intermediários para as entidades que tenham títulos de dívidas ou patrimônios negociados publicamente. Os órgãos que solicitam a sua publicação são: governo, reguladores de mercado, bolsa de valores entre outros (CPC 21, 2011).

Bueno, Macedo e Oliveira (2014, p. 166) afirmam que a publicação do demonstrativo intermediário é importante, visto que “um período intermediário faz parte de um exercício financeiro maior, permitindo ajustes nos valores anteriormente estimados desde que pertençam ao exercício social corrente”. Borinelli e Pimentel (2010) complementam que há uma necessidade de comparação entre os demonstrativos das entidades atuantes do mesmo setor ou não, assim verificando a importância de apresentá-los de acordo com as normas para auxiliar os investidores.

Nesse sentido, o atual artigo busca responder a seguinte problemática: qual o critério utilizado na classificação dos empréstimos e financiamentos, como curto e longo prazo pelas entidades listadas no segmento Novo Mercado de Governança Corporativa da BM&FBovespa na publicação dos demonstrativos intermediários? Para responder a problemática em questão, o estudo teve com objetivo geral analisar a classificação dos empréstimos e financiamentos das empresas listadas no novo mercado da BM&FBovespa, em curto e longo prazo, considerando os demonstrativos intermediários. E como objetivo específico: i) verificar se há transparência nas informações referentes aos prazos de classificação dos empréstimos e financiamentos em circulante e não circulante.

O presente artigo justifica por mostrar à comunidade acadêmica e ao mercado o critério mais utilizado pelas empresas listadas neste segmento diferenciado da BM&FBovespa. De acordo com Antunes *et al.* (2008) a listagem do novo mercado de governança corporativa foi criada em 2001 com o intuito de oferecer aos investidores melhores práticas de governança corporativa para auxiliar o acompanhamento dos resultados das entidades.

Como também verificar se elas estão de acordo com as normas contábeis aceitas no Brasil após a convergência com o IRFS, assim auxiliando tanto o meio acadêmico, para compreender o que está sendo feito no mercado sanando as dúvidas sobre o prazo utilizado para o curto prazo dos empréstimos e financiamentos, como as próprias empresas para elas verem o que é mais usual na forma de apresentação e transparência a ponto de ajudar na comparabilidade entre os dados da própria entidade e outras.

Esse trabalho é desmembrado em quatro partes, na qual a próxima é a revisão da literatura para analisarmos a importância das demonstrações contábeis e dos demonstrativos intermediários para auxiliar os usuários, como também o benefício que esses demonstrativos trazem, e analisar os critérios de classificação dos empréstimos e financiamentos. Em seguida teremos a metodologia de pesquisa, análise de dados e considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A Importância das Demonstrações Contábeis

Conforme Angelo (2005), o objetivo da contabilidade sempre foi prestar informações úteis aos usuários, percebendo-se que ela possui um importante papel na tomada de decisão, tornando-se indispensável, pois há uma variedade de usuários que a utilizam com distintos propósitos e interesses, com conhecimentos desiguais, logo cabe aos demonstrativos gerar informações que ajudem no processo de decisão.

Além disso, Silva, Couto e Cardoso (2016) afirmam que as demonstrações são importantes, pois possibilitam a análise das informações gerenciais, permitindo aos gestores ampla visão, auxiliando nas decisões para aplicação de recursos e correção, cooperando para que a entidade atinja suas metas. Assim, Dantas *et al.* (2010) mencionam que as demonstrações devem fornecer informações referentes à posição econômica e financeira do patrimônio, o resultado e o fluxo da entidade.

Silva (2007) complementa que os demonstrativos têm a finalidade, em uma determinada data, de esclarecer e comprovar quantitativa e qualitativamente a situação financeira e patrimonial de uma empresa. Para satisfazer essa necessidade, consta no CPC 26 (2011) que as demonstrações contábeis devem oferecer informações aos usuários acerca de: ativos, passivos, patrimônio líquido, receita e despesas entre outras

informações que juntas com as notas explicativas, auxiliam esses usuários a prever o fluxo de caixa.

Assim, ainda de acordo com Silva (2007) para colaborar com as demonstrações contábeis, as notas explicativas devem evidenciar, esclarecer e detalhar as operações do período para os stakeholders. Martins *et al.* (2013) afirmam que contém em lei o mínimo a ser divulgado nas notas explicativas, e solicita sua ampliação quando necessário para o esclarecimento da situação do patrimônio e do resultado do exercício atual ou anterior. Conforme os mesmos autores, nas notas devem constar informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas pelo Brasil, como: critérios de avaliação dos elementos dos ajustes dos exercícios anteriores, reavaliações, detalhamentos de dívidas de longo prazo entre outros eventos importantes.

O CPC 26 (2011) também menciona que as demonstrações contábeis devem apresentar à situação patrimonial fidedignamente, além de satisfazerem os critérios de avaliações e reconhecimentos nos planos de contas. Deste modo, a entidade deve apresentar ativos circulantes e não circulantes, e passivos circulantes e não circulantes separados no Balanço Patrimonial, exceto quando as informações em ordem de liquidez proporcionar dados mais relevantes e confiáveis.

Desse modo, compreende-se com base nos autores mencionados anteriormente a importância da entidade demonstrar seus resultados dentro das normas aceitas, garantindo a comparabilidade entre as empresas, sendo esse fato relevante pela diversidade de usuários que necessitam dessas informações para tomadas de decisões com transparência e fidedignidade, como também informar em suas notas explicativas os critérios de avaliação e classificação de suas contas. Verifica-se tanto a importância dos demonstrativos anuais como a dos intermediários apresentados em sequência.

2.2 Demonstrativos Intermediários

Visto a importância das demonstrações contábeis para a entidade e seus usuários na tomada de decisões financeiras e administrativas, o CPC 21 (2011) afirma que entidades que tenham títulos de dívidas ou patrimoniais divulgados publicamente necessitam com frequência apresentar os demonstrativos intermediários, para demonstrar aos usuários. O pronunciamento também não especifica quais entidades devem ser obrigadas a divulgar ou publicar o demonstrativo e nem sua frequência, sendo assunto dos órgãos reguladores, porém as entidades que optarem pela publicação deve elaborar de acordo com o pronunciamento ou as normas internacionais.

Conforme a BM&FBovespa (2016), uma das regras do Novo Mercado relacionadas à estrutura de governança e direitos dos acionistas é: “divulgação de dados financeiros mais completos, incluindo relatórios trimestrais com demonstração de fluxo de caixa e relatórios consolidados revisados por um auditor independente”. Portanto todas as entidades que estão listadas nesse segmento são obrigadas a divulgarem seus demonstrativos intermediários.

Kajuter, Klasmann e Nienhaus (2016) analisam que a publicação das demonstrações intermediárias provoca um retorno mais volátil à entidade, verificando que o aumento do conteúdo das informações impulsionam nos resultados positivos de uma entidade. Esse retorno ressalta a importância de tornar esses demonstrativos obrigatórios a todas as entidades.

Joshi e Bremser (2003) complementam que se a empresa deseja manter uma presença positiva no mercado, ela deve mostrar sua capacidade de gerar lucro, por meio

das demonstrações intermediárias, além de que os relatórios intermediários obtêm para os investidores os dados mais recentes, em vez de se basear suas decisões apenas nos dados dos demonstrativos anuais anteriores.

Deste modo, para Nascimento *et al.* (2011), o CPC 21 tem como seu principal objetivo auxiliar as entidades a preparar seus demonstrativos intermediários, informando como fazer seu reconhecimento e mensuração, assim à entidade que desejar publicar deverá seguir as exigências dos órgãos reguladores, nacionais ou internacionais.

Como o CPC 21, a *International Accounting Standard* (IAS 34), tem como objetivo determinar as informações mínimas que o relatório financeiro intermediário deve apresentar para garantir comparabilidade, esse conteúdo engloba posições financeiras condensadas como: Balanço patrimonial, Demonstração do resultado do exercício (DRE), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (BUENO; MACEDO; OLIVEIRA, 2014).

Assim Nascimento *et al.* (2011) complementam que a IAS 34 em relação a apresentação do demonstrativo, parte do pressuposto de que o usuário delas já teve acesso a última demonstração anual completa, assim as notas explicativas tem o objetivo de mostrar as informações que não foram incluídas nos anuais, e o ocorrido de maior relevância da última publicação até a publicação atual.

Então, verifica-se a necessidade das entidades em publicarem seus demonstrativos intermediários, pelo motivo do retorno que elas trazem, como a capacidade de geração de lucros. Além dos usuários terem acesso a uma informação mais atual e não apenas aos anuais, é importante que as demonstrações intermediárias estejam de acordo com as normas aceitas, utilizando os critérios adequados de classificação nos planos de contas como circulante e não circulante, para a verificação correta da capacidade da entidade gerar caixa e de cumprir com suas obrigações.

2.3 Critérios de Classificação dos Empréstimos e Financiamentos

Para proporcionar informações úteis em seus demonstrativos, as entidades que tem o fornecimento de seus serviços dentro de um ciclo operacional claramente identificável devem utilizar a classificação separada de ativos e passivos circulantes e não circulantes no Balanço Patrimonial (CPC 26, 2011).

Ainda de acordo com as normas do CPC 26 (2011) algumas entidades apresentam seus ativos pela ordem de liquidez no qual fica mais relevante e confiante o demonstrativo do que a apresentação em circulante e não circulante, pelo motivo da entidade não ter um ciclo operacional claramente identificado, enquanto os passivos são apresentados por ordem de exigibilidade e são classificados de acordo com o seu vencimento. Qualquer que seja o método deve se divulgar o que será liquidado em até doze meses ou mais do que doze meses, para cada item de ativo e passivo.

O Ciclo operacional é entendido pelo período de tempo desde a aquisição da matéria prima até o recebimento do valor das vendas. Entretanto, a maioria das empresas adotam o período de um ano já que normalmente seu ciclo é inferior ao prazo, portanto conforme a lei das sociedades por ações são classificados como circulante as contas que serão liquidadas durante o ciclo operacional da empresa, até doze meses da dada do balanço (MARTINS *et al.*, 2013).

Quando o ciclo operacional da entidade for superior ao período de um exercício social, a classificação de curto prazo e longo prazo deve levar em relevância a duração do ciclo operacional, entretanto as obrigações que vencerem a partir desse ciclo operacional deve ser classificado como longo prazo (MORANTE, 2009). Referente às obrigações da apresentação de seus financiamentos, Marion (2003) afirma que as obrigações devem ser classificadas de acordo com a lei das sociedades por ações.

A Lei das sociedades por ações nº 6404/76 (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009) cita no seu artigo 180 que:

As obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo não circulante, serão classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no passivo não circulante, se tiverem vencimento em prazo maior, observado o disposto no parágrafo único do art. 179 desta Lei.

O CPC 26 (2011) complementa que deve ser classificado como curto prazo quando se espera a realização, ou tem a pretensão de venda ou consumo no decurso normal do ciclo operacional da entidade, e quando se espera que seja realizado até doze meses após a data do balanço.

Silva (2007) conclui que as obrigações devem ser classificadas nos grupos do circulante desde que os prazos estabelecidos sejam cumpridos durante o curso do exercício subsequente a data do balanço, logo os direitos e obrigações são classificados a longo prazo quando os prazos situam-se após o exercício subsequente a data do balanço. Assim, as contas do passivo podem ser colocadas em subgrupos de acordo com as necessidades da entidade dispostas em ordens crescentes dos prazos de exigibilidade, esses subgrupos podem ser: empréstimos, debêntures, tributos, entre outros.

Nota-se que o período usual de 12 meses é relativo ao exercício social para classificação entre curto e longo prazo, assim a data do exercício social da entidade pode não ter relação com o ano civil, porém a maioria das entidades tem encerrado o seu exercício em 31 de dezembro para se adaptar a legislação fiscal, pois ela determina a apuração dos impostos no fim do ano civil, mesmo se o exercício social dela for diferente (MARTINS *et al.*, 2013).

Em se tratando de como demonstrar os vencimentos dos empréstimos e financiamentos, a Lei das sociedades por ações nº 6404/76 (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009) cita no seu artigo 176 que as notas explicativas devem especificar a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações em longo prazo.

Conforme Iudícibus, Martins e Gelbcke (2009) as datas de vencimento às vezes são variadas, assim torna-se de grande utilidade a apresentação de um sumário, com o valor atualizado indicando o que será pago ano a ano, no qual sua soma deverá coincidir com a dos empréstimos e financiamentos, portanto os autores propõem que os empréstimos e financiamentos sejam elaborados nas notas explicativas conforme Tabela:

Tabela 1 – Distribuição dos empréstimos e financiamentos.

Ano	R\$ Mil
20X0	101.700
20X1	97.700

20X2	85.700
20X3	85.704
20X4	3.466
Total	374.270

Fonte: IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE (2009, p. 461).

As notas explicativas devem demonstrar as correções monetárias, as taxas de juros, as datas de vencimento e suas garantias. Sendo usual a explicação apenas dos empréstimos e financiamentos presentes no não circulante, porém sua forma de apresentação pode variar, sendo comum relacionar as contas credor por credor, informando o financiador correspondente aos saldos (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2009).

As operações de empréstimos e financiamentos são conectadas às necessidades de caixa da empresa, para manutenção e expansão das suas atividades, sendo composta no passivo circulante, parcela de curto prazo dos empréstimos e financiamentos, credores por financiamentos, custos a amortizar, encargos, juros, títulos a pagar e financiamentos bancários a curto prazo. Já no passivo não circulante, empréstimos e financiamentos a longo prazo, credores por financiamentos, títulos a pagar e custos a amortizar, concluindo que todos os empréstimos e financiamentos com um prazo superior a um ano entre a assinatura do contrato e o pagamento devem ser contabilizados como não circulante, e serem transferidos para circulante quando o período a transcorrer até o seu vencimento passar a ser inferior a um ano. (MARTINS *et al.*, 2013).

Araújo e Assaf Neto (2004) complementam que a classificação em não circulante dos contratos de empréstimos e financiamentos feitos em moeda estrangeira necessitam de um cuidado maior, sendo necessária a conversão à moeda nacional com a taxa atual do câmbio, e seus juros contabilizados pelo regime de competência independente da data do pagamento.

Conclui-se que os empréstimos e financiamentos devem ser classificados no curto prazo quando as respectivas contas tiverem vencimento durante o próximo exercício, sendo assim até 12 meses da última publicação, e no longo prazo quando vencerem após o término do exercício seguinte, a partir de 12 meses, salvo na hipótese do ciclo operacional da empresa for superior a 12 meses. Deve-se constar notas explicativas os prazos e as datas dos vencimentos de cada conta, credor por credor, ou por vencimento dos determinados anos, conforme os valores.

3 METODOLOGIA
3.1 Classificação

Esta pesquisa classifica-se em relação a seus procedimentos do ponto de seu objetivo como descritiva e exploratória quanto a sua abordagem é qualitativa. De acordo com Andrade (2004, p. 19), na pesquisa descritiva “os fatos são observados, registrados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles. Portanto, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador”.

Para Prodanove e Freitas (2013) a pesquisa descritiva é quando o pesquisador expõe e registra os dados e fatos observados sem a intervenção dele, para assim mostrar

as suas características, envolvendo o uso de técnicas padronizadas de coleta. Pois os dados das empresas são coletados nas notas explicativas das demonstrações intermediárias no site da *BM&FBovespa*, e analisados individualmente sem a intervenção e manipulação do pesquisador.

Para Gil (2008) as pesquisas exploratórias têm o objetivo de dar uma visão geral do fato pesquisado, envolvendo levantamento documental ou bibliográfico para esclarecer o problema e seus procedimentos. Assim com a coleta de dados nas notas explicativas tem-se uma visão geral do que é feito pelas entidades para esclarecer qual o critério utilizado por elas nas classificações das contas do passivo.

Se referindo à abordagem a pesquisa é qualitativa, pois busca a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados com características básicas no processo da pesquisa. A coleta de dados é feita no ambiente natural, sendo a fonte direta e analisada indutivamente pelos pesquisadores. (SILVA; MENEZES, 2005). Assim a interpretação dos dados é realizada pelo pesquisador que busca individualmente os critérios de classificação de cada demonstrativo, sem a utilização da estatística.

Em relação ao procedimento esta pesquisa classifica-se como documental Marconi e Lakatos (2010) afirmam que esse tipo de pesquisa caracteriza-se na coleta de dados restrita a documentos, podendo ser escritos ou não. Para Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) a pesquisa documental é um procedimento metodológico decisivo, quase sempre sendo a base do trabalho de investigação, apresentando-se como um método de escolha e verificação dos dados, assim analisados os dados do passado podem-se fazer inferências para o futuro, produzindo novos conhecimentos e novas formas de compreender.

Neste artigo são analisadas as notas explicativas dos demonstrativos intermediários no que se referem ao prazo dos passivos circulantes dos empréstimos e financiamentos, coletando as demonstrações das entidades do 1º, 2º e 3º trimestre de 2016.

3.2 Amostra e Coleta de Dados

A população da presente pesquisa é composta por 131 empresas listadas no Novo Mercado de Governança Corporativa da *BM&FBovespa*. Conforme Procianny e Verdi (2009) as empresas listadas no Novo Mercado conferem maior nível de liquidez que as empresas tradicionais do mercado, além de garantirem aos seus investidores melhores práticas de governança corporativa. A população foi dividida por setores de atuação conforme tabela 2.

Tabela 2 – População da pesquisa

Setor	Total de empresas por setor
Consumo não Cíclico	13
Consumo Cíclico	41
Tecnologia da Informação	4
Telecomunicações	1
Saúde	9
Utilidade Pública	9
Financeiro e Outros	19
Materiais Básicos	7
Petróleo. Gás e Biocombustíveis	7
Bens industriais	21
Total da amostra	131

Fonte: Dados da pesquisa.

Após a definição da população, é analisado nas notas explicativas dos demonstrativos intermediários do 1º, 2º e 3º trimestre de 2016 o critério utilizado pelas empresas listadas no segmento Novo Mercado na classificação dos empréstimos e financiamentos como passivo circulante ou não circulante.

De acordo com a Lei das sociedades por ações nº 6404/76, as obrigações da entidade, incluindo os financiamentos são classificadas no passivo não circulante, se tiver vencimentos no prazo superior que o exercício seguinte, ou seja, 12 meses. Corroborando com isto, no CPC 21 (2011) expressa que nos demonstrativos intermediários devem-se aplicar as mesmas políticas contábeis das demonstrações anuais, assim com os princípios de reconhecimento dos ativos e passivos.

Também é analisado se há transparência nas informações das notas explicativas referente aos empréstimos e financiamentos, logo no tópico da apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis deve-se mencionar o critério de classificação como longo e curto prazo, e na parte referente aos empréstimos e financiamentos de acordo com Lei das sociedades por ações nº 6404/76, as notas explicativas devem especificar a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações em longo prazo. Conforme também Iudícibus, Martins e Gelbcke (2009), devem demonstrar as correções monetárias, as taxas de juros, as datas de vencimento e suas garantias, relacionando as contas credor por credor, informando o financiador correspondente aos saldos.

4 ANÁLISES DOS DADOS

4.1 Amostra

A população da pesquisa de 131 empresas que estão listadas no Novo Mercado da *BM&FBovespa* foi reduzida para 114 (87,02%). Entre as 17 (12,98%) eliminadas, 2 (1,53%) uma do setor de tecnologia da informação e a outra do financeiro, contém empréstimos e financiamentos apenas no circulante, logo seus empréstimos vencem até 12 meses da data do último balanço, nas demonstrações intermediárias; 1 (0,76%) do setor de consumo cíclico contém apenas no circulante do demonstrativo do dia 31 de março e nos demais não contém empréstimos; 14 (10,69%) das empresas não contém empréstimos em nenhuma das demonstrações intermediárias, sendo que dessas, 7 (5,35%) são do setor de financiamento, 1 (0,76%) de materiais básicos, 4 (3,06%) de consumo cíclico, 1 (0,76%) de saúde e 1 (0,76%) de petróleo.

Das empresas eliminadas, analisando individualmente cada setor, o financeiro teve a maior porcentagem, de 19 empresas 8 (42,10%) delas não foram incluídas na amostra, pois 7 não têm empréstimos e financiamentos, seguido da tecnologia e informação de 4 empresas 1 (25%) não foram incluída, materiais básicos e petróleo. Gás e biocombustíveis em seguida com 1 (14,28%) de 7, consumo cíclico de 41 entidades 5 (12,19%) e em seguida o setor de saúde com 11,11%.

4.2 Análise dos Critérios de Classificação dos Empréstimos

Neste tópico foram analisadas as 114 empresas da amostra para verificar se nas notas explicativas referentes aos empréstimos e financiamentos estão sendo divulgados com clareza para análise dos usuários, verificando que em apenas 41 (35,96%) empresas

foi possível obter os dados sem necessitar um análise mais profundo ou contato com a empresa. A Tabela 3 mostra as 41 empresas por setor.

Tabela 3 – Empresas que explicam claramente nas Notas Explicativas.

Setor	Nº Total da amostra	Nº de empresas transparentes	%
Consumo não Cíclico	13	2	15,38%
Consumo Cíclico	36	13	36,11%
Tecnologia da Informação	3	0	0%
Telecomunicações	1	0	0%
Saúde	8	1	12,50%
Utilidade Pública	9	5	55,55%
Financeiro e Outros	11	7	63,63%
Materiais Básicos	6	3	50%
Petróleo. Gás e Biocombustíveis	6	2	33,33%
Bens industriais	21	8	38,09%
Total	114	41	35,96%

Fonte: Dados da pesquisa.

Nessas 41 empresas os empréstimos e financiamentos estão demonstrados nas notas explicativas de acordo com a Lei das sociedades por ações nº 6404, que diz as obrigações da entidade, incluindo os financiamentos serão classificadas no passivo não circulante, se tiver vencimentos no prazo maior que o exercício seguinte, e as notas explicativas devem especificar a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações em longo prazo. E também de acordo com Iudícibus, Martins, Gelbcke (2009), que abrange dizendo que é de utilidade apresentar o vencimento ano a ano da parcela do não circulante, no qual a soma dos anos deve coincidir com o total do não circulante, assim também podendo relacionar por credor.

Nas empresas que foi de fácil entendimento estavam nos tópicos da apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis o critério utilizado para classificação como circulante e não circulante, e/ou estavam demonstrado na parte referente aos empréstimos e financiamentos, como exemplo:

A composição do saldo classificado como não circulante em 30 de junho de 2016, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Tabela 4 – exemplo de nota referente ao vencimento do não circulante durante os anos no demonstrativo de 30 de junho de 2016.

A partir de 1º de julho de 2017	22.600
2018	51.989
2019	53.590
2020	54.610
2021	50.020

Fonte: Dados da pesquisa.

Portanto nessas empresas não houve dificuldades em analisar esses tópicos, deixando claro que foram classificadas no circulante as parcelas vencíveis ate 12 meses, conforme o exigido na lei, divulgando os vencimentos ano a ano, e o mais importante os resultados das somas e parcelas estavam de acordo com o total da parcela do circulante e não circulante.

Em sintonia a pesquisa realizada por Nascimento, *et al.* (2011), foi analisado se as empresas de capital aberto estão apresentando notas explicativas dos demonstrativos

intermediários concisas e atualizadas, com a amostra de 19 empresas de capital aberto listada nas melhores empresas da Exame, e concluiu que apenas 14% seguem o IAS34 e apresentaram suas notas explicativas em conformidade, concluindo que as empresas não estão sendo claras uteis ao divulgarem essas demonstrações. Em contraste temos a pesquisa de Joshi e Bremser (2003), que realizaram um estudo para determinar a extensão da adoção da IAS34 por empresas em Bahrein na Ásia, no qual verificou que 90% indicaram um alto grau de conformidade com IAS 34. Esse resultado se deve, pois a maioria dos entrevistados consideraram os relatórios intercalares a ser altamente relevante para a sua empresa, 44% deles viram os relatórios intermediários afetarem os preços das ações.

Analisando por setor, o que mais se destacou foi setor financeiro, de 11 empresas 7 (63,63%) estavam de claro entendimento, seguido do setor de utilidade pública com 5 (55,55%) do total no setor, e o ultimo em destaque o setor de matérias básicos com 3 (50%).

Das 114 empresas analisadas 73 (64,03%) não estavam claramente demonstrado, havendo dificuldades em verificar os critérios de classificação na conta dos empréstimos e financiamentos.

Tabela 5 – Empresas que não foram claras nas notas dos empréstimos e financiamentos.

Setor	Nº Total da amostra	Nº total de empresas não transparentes	Porcentagem em relação á amostra
Consumo não Cíclico	13	11	84,61%
Consumo Cíclico	36	23	63,89%
Tecnologia da Informação	3	3	100%
Telecomunicações	1	1	100%
Saúde	8	7	87,50%
Utilidade Pública	9	4	44,45%
Financeiro e Outros	11	4	36,37%
Materiais Básicos	6	3	50,00%
Petróleo. Gás e Biocombustíveis	6	4	66,67%
Bens industriais	21	13	61,90%
Total	114	73	64,03%

Fonte: Dados da pesquisa.

Do total das empresas não claras foi dividido em 3 grupos, o primeiro é das empresas que no tópico da apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis não mencionou o critério utilizado para classificar as contas no circulante e não circulante, ou não tinham notas a respeito, e na parte referente aos empréstimos e financiamentos, colocou o total do circulante e não circulante, o vencimento por ano a partir de 2017, não especificando a data especifica que começa o não circulante. Nesse grupo contém 46 (40,35%) empresas. Nelas os vencimentos dos empréstimos e financiamentos no não circulante estão demonstrados conforme exemplo:

Tabela 6 - Empréstimos e financiamentos do passivo não circulante por prazo de vencimento.

Ano	R\$ Mil
2017	22.600
2018	51.989
2019	53.590
2020	54.610
2021	50.020

Fonte: Dados da pesquisa.

No entanto conforme a tabela 7, não informa o mês ou a data do ano de 2017 que se inicia o não circulante, assim não informando o prazo utilizado para classificar o circulante e não circulante.

O segundo grupo também no tópico da apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis não mencionou o critério utilizado para classificar as contas, e na parte referente aos empréstimos e financiamentos coloca o total do circulante e não circulante, os de vencimento incluindo o ano de 2016, sem divulgar a data específica que seria incluída no curto longo prazo, informando o vencimento apenas de cada conta. Esse grupo é composto por 24 (21,05%) empresas, e os empréstimos e financiamentos são demonstrados apenas por ano conforme tabela 8.

Tabela 7- O cronograma de pagamento dos saldos de empréstimos e financiamentos.

Ano	R\$ Mil
2016	8.300
2017	22.600
2018	51.989
2019	53.590
2020	54.610
2021	50.020

Fonte: Dados da pesquisa.

O terceiro grupo é composto por 3 (2,08%) empresas que há empréstimos e financiamentos em seu balanço, porém nas notas explicativas não contem nenhuma informação sobre eles.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho analisou-se a amostra de 114 empresas listadas no novo mercado da BM&FBovespa, para verificar de acordo com as normas contábeis aceitas no Brasil após a convergência com o IFRS se suas notas explicativas das demonstrações intermediárias do ano de 2016 o prazo utilizado por elas na classificação dos empréstimos e financiamentos em circulante e não circulante, e também verificar se nesse tópico eles estão divulgando de acordo com a Lei das sociedades por ações nº 6404 e os CPC, e também se estão sendo transparentes na forma de elaborar as notas.

A pesquisa respondeu seu objetivo verificando se há transparência nas informações referentes aos prazos de classificação dos empréstimos e financiamentos em circulante e não circulante, e o critério utilizado na classificação dos empréstimos e financiamentos, como curto e longo prazo pelas entidades, constatando que das 114 empresas 41 (35,96%) delas estão divulgados conforme as normas, sendo então o prazo utilizado nelas para classificação de até 12 meses de vencimento no circulante após isso no não circulante. No entanto, as empresas demonstram em suas notas explicativas essas informações de modo transparente, sem necessidade de contato com a entidade, ou de um análise mais profundo das informações. Desse total se destacam o setor financeiro com 63,63% de empresas claras e corretas, o setor de utilidade pública com 55,55%, e de materiais básicos com 50%.

Das 114 analisadas 73 (64,03%) não estavam demonstradas com transparência, havendo dificuldades em verificar os critérios de classificação na conta dos empréstimos e financiamentos.

Esse resultado complementa a pesquisa de Nascimento *et al.* (2011) no qual de 19 empresas apenas 14% seguem o IAS34 e apresentam as notas em conformidade. Assim mostrando que as empresas Brasileiras precisam ser claras ao divulgarem os demonstrativos e as notas explicativas, pois elas têm a capacidade de geração de lucros, como o visto na pesquisa de Joshi e Bremser (2003) em que 44% dos empresários pesquisados viram os relatórios intermediários afetarem o preço das ações. Uma demonstração tempestiva e confiável aumenta a possibilidade do entendimento dos usuários, assim provoca um retorno mais volátil à entidade, possibilitando um melhor resultado, o que comprova a importância de se declarar conforme as normas e de forma clara para o entendimento. Logo o trabalho colabora com o debate sobre a apresentação fidedigna, característica qualitativa das informações, e apresenta a convergência com o IRFS e sobre o prazo dos empréstimos no circulante dos demonstrativos intermediários das empresas assim contribuindo com o meio acadêmico e ao mercado contábil.

Essa pesquisa teve a limitação de não achar nas notas explicativas referentes aos empréstimos e financiamentos o prazo utilizado pela falta de transparência. Assim sugere-se para futuras pesquisas contato com as entidades para sanar as dúvidas ao entendimento das notas explicativas, e a elaborar questionários para ser enviados diretamente para a empresa, para confrontar as informações nos sites com a prática utilizada. E também fazer um estudo com professores, se eles estão utilizando as mesmas semelhantemente ao que tem sido adotado na prática.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M; **Como Preparar Trabalhos para Cursos de Pós-Graduação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ANGELO, D. I. A importância das informações contábeis no processo decisório das empresas. **Sapientina**, Espírito Santo, n. 4. 2005. Disponível em: <http://faculdade.pioxii-es.com.br/anexos/Sapientia04/RC_N4_Pio_XII_artigo_1.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

ANTUNES, G. A. et al. Empresas estatais federais e empresas do novo mercado da Bovespa: Um estudo comparativo acerca da qualidade da informação contábil utilizando dados em painel. In: **Congresso de Controladoria e Contabilidade da usp**. 2008, São Paulo. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/anais/artigos82008/430.pdf>>. Acesso em: 12 de jan. 2017.

ANTUNES, J; ANTUNES, G. M. B; PENTEADO, I. M. **A convergência contábil brasileira e a adoção das normas internacionais de contabilidade: o IFRS-1**. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/30.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2016.

ARAÚJO, A. M. P; ASSAF, N. A. **Introdução à contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

BMFBOVESPA. **Segmentos de listagem**: Novo mercado. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/novo-mercado/?tabIndex=0>. Acesso em: 18 jan. 2017.

BORINELLI, M. L; PIMENTEL, C.P. **Curso de Contabilidade para Gestores, Analistas e outros Profissionais**. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõem sobre as Sociedades por Ações. **Lex**: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1976. Suplemento.

BRITO, S. A; AMBROZINI, M. A. Impactos da implementação das normas Internacionais de contabilidade sobre indicadores financeiros: Um estudo das empresas Brasileiras com ativos biológicos. **Contabilidade Vista & Revista**, Minas Gerais, v. 24, n. 3. 2013. Disponível em: <http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/1943/pdf_58>. Acesso em: 11 jul. 2016.

BUENO, E. A. B. S; MACEDO, F. S; OLIVEIRA, E. V. G. Relatórios financeiros intermediários conforme as normas do IASB. **Revista Interatividade**, São Paulo, v.2, n. 1. 2014. Disponível em: <<http://www.firb.br/editora/index.php/interatividade/article/view/118/176>> . Acesso em: 25 ago. 2016.

CPC. **CPC 21**: Demonstração Intermediária. Brasília, 2011. Disponível em: http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/288_CPC_21_R1_rev%2008.pdf. Acesso em 18 julho 2016.

_____. **CPC 26**: Apresentação das Demonstrações contábeis. Brasília, 2011. Disponível em: http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2003.pdf Acesso em 18 jul. 2016.

DANTAS, J. A. et al. Determinações de refazimento/republicação de demonstrações financeiras pela CVM: O papel dos auditores independentes. **Revista Universo Contábil**, Santa Catarina, v. 7, n. 2. 2011. Disponível em: <<http://gorila.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/2002/1598>>. Acesso em: 20 out. 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, J. C. et al. Análise do impacto do processo de convergência às Normas internacionais de contabilidade no Brasil: um estudo com base na relevância da informação contábil. **Revista Universo Contábil**, Santa Catarina, v. 10, n. 3. 2014. Disponível em:

<http://gorila.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/3727/pdf_17>. Acesso em: 06 set. 2016.

IUDÍCIBUS, S; MARTINS, E; GELBCKE, E. R. Manual de Contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JOSHI, P. L; BREMSER, W. G. Interim reporting practices by companies in Bahrain: Preparation of interim accounts and early adoption of IAS 34. **Advances in International Accounting**, v. 16, p. 105-122. 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/247317825_INTERIM_REPORTING_PRACTICES_BY_COMPANIES_IN_BAHRAIN_PREPARATION_OF_INTERIM_ACCOUNTS_AND_EARLY_ADOPTION_OF_IAS_34>. Acesso em: 24 set. 2016.

KAJUTER, P; KLASSMANN, F; NIENHAUS. M. Do reviews by external auditors improve the information content of interim financial statements?. **The international journal of accounting**, v. 51, n. 1, p. 23-50. 2016. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0020706316000042>>. Acesso em: 24 set. 2016.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 10. ed. São Paulo: Atlas. 2003.

MARTINS, E. *et al.* **Manual de Contabilidade Societária**: Aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas Internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MORANTE, A. S. **Análise das demonstrações financeiras**: Aspectos contábeis das Demonstrações de Resultado e do Balanço Patrimonial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NASCIMENTO, C. T, et. al. IAS 34: a atualização das informações divulgadas por empresas de capital aberto no Brasil. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Santa Catarina, v. 10, n. 1. 2011. Disponível em:<https://www.researchgate.net/publication/266288965_IAS_34_a_atualizacao_das_informacoes_divulgadas_por_empresas_de_capital_aberto_no_Brasil>. Acesso em: 17 set. 2016.

PROCIANOY, J. L; VERDI, R. S. Adesão aos Novos Mercados da BOVESPA: Novo mercado, Nível 1 e Nível 2- Determinantes e consequências. **Revista Brasileira de Finanças**. Rio Grande do Sul, v. 7, n. 1. 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/42607448_Bovespa_New_Markets_Adoption_Novo_Mercado_Nivel_1_and_Nivel_2_Determinants_and_Consequences_Adesao_aos_Novos_Mercados_da_BOVESPA_Novo_Mercado_Nivel_1_e_Nivel_2_-_Determinantes_e_Consequencias>. Acesso em 27 out. 2016.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Rio Grande do Sul: FEEVALE, 2013.

SÁ-SILVA, J. R; ALMEIDA, C.D; GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: Pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1. 2009. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6/pdf>>. Acesso em: 23 out. 2016.

SILVA, E. L; MENEZES, E. M: **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, M. P; COUTO, C. H. M; CARDOSO, A. B. Análise das demonstrações contábeis como ferramenta de suporte á gestão financeira. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia**, Minas Gerais, n. 13. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia/article/view/244/341>>. Acesso em: 09 set. 2016.

SILVA, M. W. **Análise de demonstrativos financeiros**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2007.

Apêndice A – Empresas classificadas como transparentes e não transparentes

Empresas Transparentes	Empresas Transparentes	Empresas Transparentes
BIOSEV	EZTEC	SAO MARTINHO
BR MALLS PAR	FER HERINGER	SER EDUCA
BR PROPERT	GENERALSHOPP	SIERRABRASIL
BCO BRASIL	IGUATEMI	SPRINGS
COSAN	INDS ROMI	TECNISA
CPFL ENERGIA	IOCHP-MAXION	TEGMA
CPFL RENOVAV	JSL	TRISUL
CYRE COM-CCP	LOCAMERICA	TRIUNFO PART
CYRELA REALT	LOG-IN	ULTRAPAR
DIRECIONAL	MAGNESITA SA	OUROFINO S/A
ENERGIAS BR	MILLS	PORTOBELLO
ENEVA	MMX MINER	EVEN
ENGIE BRASIL	MOVIDA	RODOBENSIMOB
ETERNIT	MRV	Empresas não Transparente
Empresas não Transparente	Empresas não Transparente	JHSF PART
ALLIAR	CVC BRASIL	KROTON
ANIMA	DURATEX	LE LIS BLANC
AREZZO CO	ECORODOVIAS	LIGHT S/A
B2W DIGITAL	EMBRAER	LINX
BMFBOVESPA	EQUATORIAL	LOCALIZA
BR PHARMA	ESTACIO PART	LOJAS MARISA
BRASILAGRO	FIBRIA	LOJAS RENNER
BRF SA	FLEURY	LUPATECH
CCR SA	GAFISA	M.DIASBRANCO
CETIP	GRENDENE	MAGAZ LUIZA
CIELO	HELBOR	MARFRIG
CONTAX	HYPERMARCAS	METAL LEVE
COPASA	IHPARDINI	METALFRIO
COSAN LOG	IMC S/A	NATURA
CSU CARDSYST	JBS	TECHNOS
OSX BRASIL	QUALICORP	TERRA SANTA
PARANAPANEMA	RAIADROGASIL	TIM PART S/A
PDG REALT	ROSSI RESID	TIME FOR FUN
PETRORIO	RUMO LOG	TOTVS
POMIFRUTAS	SABESP	TUPY
POSITIVO INF	SANTOS BRP	VALID
PROFARMA	SAO CARLOS	VIVER
PRUMO	SLC AGRICOLA	WEG
QGEP PART	SOMOS EDUCA	MINERVA